



ATA DE REUNIÃO

São Paulo, 06 de dezembro de 2019

Comissão de Segurança Hídrica

(Processo SEI- 7810.2019/0000601-7)

- Teve lugar no dia 06 de dezembro de 2019, das 15h às 17h, nas dependências da Prefeitura de São Paulo, Ed. Matarazzo, Viaduto do Chá 15, 11º andar, a **1ª reunião extraordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da reunião Anna Carolina de Marco e Gustavo Rabello, da Secretaria de Governo; Sun Alex, da Secretaria de Verde e Meio Ambiente; Thor Saad Ribeiro, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Marco Palermo, da SP Urbanismo; Pedro Algodoal, da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras; Maurício Morais Tonin, da Procuradoria Geral do Município; Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Antonio Carlos dos Santos, Maurício Guimarães, Marcelo Bispo e Cláudio de Castro, da Arsesp; Marcel Costa Sanches, Marcello X. Veiga; Mara Ramos e Dante R. Pauli, da Sabesp.
- Inicialmente, Marco Palermo deu as boas vindas, e apresentou os membros da Comissão para os convidados da Sabesp e Arsesp. Explicou ainda que a pauta da reunião se refere às comunicações presentes no ofício Arsesp OF.P-0167-2019, de 25/10/2019, e no ofício da Prefeitura de São Paulo nº 749/SGM.G/2019, os quais se referem à análise da prestação de contas dos investimentos realizados pela Sabesp no ano de 2018.
- Marcel Sanches elogiou a formação da Comissão, pontuando que é fundamental que a Prefeitura tenha um órgão dedicado ao tema para que se efetue o planejamento conjunto dos serviços de água como preconizado no Convênio entre Prefeitura e estado. Marcel propôs também que a Comissão participe da Comissão do Núcleo Gestor Técnico para a revisão quadrienal do Contrato Prefeitura-Sabesp, a ser realizado no presente ano.
- Os conselheiros apontaram que algumas das dúvidas se originaram do formato sucinto do relatório enviado pela Arsesp à Prefeitura. Pediram que Arsesp volte a enviar mensalmente para a Prefeitura os relatórios de fiscalização, como era praxe até 2018, e que os relatórios anuais da prestação de contas da Arsesp contenham regularmente os dados requisitados, como dados sobre glosas, irregularidades, etc.
- Maurício Guimarães e Antonio Carlos, da Arsesp, fizeram uma apresentação sobre o processo de fiscalização em geral, no qual os pedidos de



esclarecimento do ofício da Prefeitura (referentes à sua seção I) foram satisfatoriamente respondidos.

- A apresentação mostrou também a situação das metas contratuais. Na avaliação da Arsesp, as metas relativas ao abastecimento estão bem encaminhadas, devendo ser atingidas no prazo de 2020. No entanto, preocupam os indicadores relativos à coleta de esgoto, e perdas. Nesse sentido, os representantes da Sabesp afirmaram que estão trabalhando para chegar na meta até o fim do ano, contando com investimentos realizados no Tietê e Pinheiros.
- A Sabesp sugeriu ainda a troca do indicador de tratamento de esgotos, uma vez que o indicador contratual é muito sensível à variação das chuvas. Esse será um tema a ser discutido na revisão contratual.
- A Comissão pediu o envio dos dados a respeito dos avanços nos perímetros prioritários estipulados na primeira revisão quadrienal do contrato (Tamanduateí, Jacu-Pêssego, Eixo de Desenvolvimento Fernão Dias e Operação Urbana Consorciada Água Branca), ou seja, como estão progredindo os investimentos e metas nesses territórios. A Sabesp ficou de sistematizar esses dados. Foi acordado ainda que para a prestação de contas de 2019, as informações seriam sistematizadas em recortes relativos às bacias hidrográficas, como estipulado no Plano de Investimentos 2019/2020.
- Foi então debatida a questão do Sistema São Lourenço, questionada na Seção III do ofício da Prefeitura. O representantes da Sabesp esclareceram alguns pontos sobre o financiamento e operação do sistema, e propuseram uma reunião específica com a equipe responsável pelo projeto. Foi questionado ainda sobre as razões da realização de um investimento extraordinário, uma vez que o valor previsto para este investimento no ano de 2018 era de R\$ 57,719 milhões, mas foi realizado R\$ 231,790 milhões, sem justificativa e obtenção de anuência prévia do Comitê Gestor.
- Encerrada a reunião, os representantes do governo de comprometeram a lavrar e socializar a ata e as apresentações.